



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, QUE ENTRE SI FAZEM, O **SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA – SINICON-RJ**, CNPJ Nº 33.645.540/0001-81. O **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SINICON-RIO**, CNPJ Nº 06.312.267/0001-09, E O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA, REPRESENTANTE DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGENS EM GERAL, CONSTRUÇÕES DE PONTES, PORTOS, VIADUTOS, TÚNEIS, FERROVIAS, BARRAGENS, AEROPORTOS, HIDRELÉTRICAS, CANAIS, METRÔS, OBRAS DE SANEAMENTO, BEM COMO SUBEMPREENHEIRAS, AFINS E CORRELATOS DO TERCEIRO GRUPO DO PLANO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS – INTERMUNICIPAL – SITRAICP, REPRESENTANTE DA CATEGORIA PROFISSIONAL CONSTANTE DE SUA DENOMINAÇÃO, COM ABRANGÊNCIA INTERMUNICIPAL E BASE TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS, APERIBE, AREAL, ARMAÇÃO DE BUZIOS, ARRAIAL DO CABO, BOM JARDIM, CACHOEIRA DE MACACU, CANTAGALO, CARAPEBUS, CARDOSO MOREIRA, CARMO, CASEMIRO DE ABREU, COMENDADOR LEVY GASPARIANE, CONCEIÇÃO DE MACABU, CORDEIRO, DUAS BARRAS, IGUABA GRANDE, MACAÉ, MACUCO, MESQUITA, NOVA FRIBURGO, PARATI, PINHEIRAL, QUISSAMÃ, RIO DAS OSTRAS, RIO DE JANEIRO, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, SÃO JOSÉ DE UBÁ, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, SUMIDOURO, TANGUÁ, TERESÓPOLIS, TRAJANO DE MORAIS E VARRE-SAI - RJ**, CNPJ Nº 05.400.195/0001-80, POR SEUS RESPECTIVOS REPRESENTANTES E/OU PROCURADORES, ABAIXO ASSINADOS, NA FORMA DO ART.611 E SEGUINTE DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, QUE ESTABELECEM OS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA 1ª - OBJETO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho tem por finalidade a concessão de reajustes salariais e estipulação de condições de trabalho aplicáveis no Estado do Rio de Janeiro no âmbito das respectivas representações mantidas entre as Empresas das Indústrias da Construção Pesada, aqui representada pelo SINICON e pelo SINICON/RIO e seus Trabalhadores, aqui representados pelo SITRAICP.

CLÁUSULA 2ª - ABRANGÊNCIA

São abrangidos pela presente Convenção as Empresas aqui representadas pelo SINICON, pelo SINICON/RIO, e os Trabalhadores, aqui representados pelo SITRAICP, que exercem suas atividades na base territorial compreendida pelos municípios Aperibe, Areal, Armação de Buzios, Arraial do Cabo, Bom Jardim, Cachoeira de Macacu, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casemiro de Abreu, Comendador Levy Gaspariane, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Iguaba Grande, Macaé, Macuco, Mesquita, Nova Friburgo, Parati, Pinheiral, Quissamã, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Francisco de Itapoana, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Tanguá, Teresópolis, Trajano de Moraes, Varre-Sai, no Estado do Rio de Janeiro.



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA 3ª - PISOS SALARIAIS

Ficam estabelecidos os seguintes salários normativos, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2006 para todos os integrantes das categorias profissionais:

FUNÇÕES	Por Hora (R\$)	Por Mês (R\$)
Profissionais em Geral	3,69	811,80
Demais Profissionais	3,36	739,20
Serventes/Ajudantes	2,45	539,00

Parágrafo Primeiro – Para efeito desta Cláusula são considerados:

Profissionais em geral: Operadores de Motoscaper, de Motoniveladora, de Pá Mecânica, Patrol, de Rolo, de Retro-escavadeira, de Escavadeira, Nivelador, Carpinteiro de acabamento, Pedreiro de Acabamento, Operador de Usina, de Trator de Esteiras, de Guindaste, Almoxarife, Mecânico de Equipamento Pesado, Eletricista Força e Controle/Montador/Manutenção.

Demais Profissionais: Armador, Pedreiro, Eletricista, Carpinteiro de forma, Guincheiro, Pintor, Operadores em geral, Carpinteiro, Bombeiro, Ladrilheiro, Operador de Grua e Pastilheiro, Auxiliar Topógrafo, Auxiliar Administrativo, Apropriador.

Parágrafo Segundo – O salário normativo para a função de **VIGIA** será de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) por hora ou R\$ 594,00 por mês.

CLÁUSULA 4ª - CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de fevereiro de 2006, os salários dos trabalhadores da categoria profissional, serão reajustados pelo índice de 7,% (sete por cento), incidente sobre os salários pagos em 1º de fevereiro de 2005.

Parágrafo Primeiro

Cada Empresa poderá, a seu critério, compensar os aumentos concedidos a partir de 1º de fevereiro de 2005, exceto os decorrentes de promoção, merecimento ou enquadramento, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado e término de aprendizagem.



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2006-2007

Parágrafo Segundo

Empregado que for admitido após 1º de fevereiro de 2005, receberá proporcionalmente o percentual de reajuste salarial definido nesta cláusula, devendo ser observado que seu salário seja igual ao de outro, que exercia a mesma função e que já se encontrava na empresa há menos de dois anos, bem como os valores ora estipulados para os salários normativos.

CLÁUSULA 5ª - HORAS EXTRAS

Quando, por necessidade de serviços, os Trabalhadores realizarem serviços em jornada suplementar, as horas extras efetivamente laboradas serão remuneradas com os adicionais legais, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho, para os serviços realizados em dias úteis;
- 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho, para os serviços realizados em domingos e feriados.

CLÁUSULA 6ª - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Quando o pagamento for feito mediante cheque, as empresas estabelecerão condições e meios para que o trabalhador possa descontá-lo no mesmo dia em que for efetuado o pagamento, sem que haja prejuízo do horário de refeição e descanso. Quando o pagamento for feito em espécie no local de trabalho, o mesmo deverá ser feito no horário normal de trabalho.

Parágrafo Único

Quando o pagamento for feito após o término da jornada, as horas excedentes serão pagas como horas extras.

CLÁUSULA 7ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores comprovantes de pagamento em envelopes timbrados ou carimbados, indicando discriminadamente, a natureza e os valores das importâncias pagas, bem como os descontos efetuados para o INSS, Imposto de Renda, da parcela do Vale Transporte a cargo do Trabalhador, descontos efetuados em favor do Sindicato Laboral, e a parcela referente ao depósito de FGTS.

CLÁUSULA 8ª - DESCONTOS NOS SALÁRIOS

Na forma do artigo 462 da CLT, ficam permitidos os descontos no salário do empregado, desde que originários de convênios com seguros, alimentação, ticket refeição, transporte, cesta básica, alugueres de imóveis, associações recreativas, contribuições para cooperativas de crédito e fundações de previdências privadas, planos de saúde médico e odontológico, empréstimos pessoais, em consignação com entidades financeiras, sendo para estes últimos, o desconto de no máximo 30% (trinta por cento) na folha de pagamento e 30% (trinta por cento) nas verbas rescisórias. Conforme MP 130 e do Decreto Lei 4.840, regulamentado na data de 17/09/2003.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CLÁUSULA 9ª- ADICIONAL DE PERICULOSIDADE OU INSALUBRIDADE

Mediante perícia a ser realizada por profissional indicado pelas partes em comum acordo ou pelo Órgão competente do Ministério do Trabalho, o trabalhador fará jus ao adicional de insalubridade ou periculosidade, no percentual que vier a ser estabelecido, inclusive nos serviços especiais e hiperbáricos.

CLÁUSULA 10ª - TRANSPORTE DE TRABALHADORES -VALE TRANSPORTE -

As empresas que não fornecerem transporte próprio a seus empregados concederão Vales Transportes, nos termos do Decreto nº 95.247/87, podendo para tanto, efetuar desconto de até 1% (um por cento) do salário base.

Parágrafo Primeiro

Fica desde já estabelecido que, sob nenhuma hipótese, o tempo gasto pelo trabalhador durante o percurso residência trabalho, e vice versa, será computado para qualquer efeito.

Parágrafo Segundo

Os atrasos decorrentes de problemas com veículos fornecidos pela empresa não serão descontados do salário do trabalhador.

CLÁUSULA 11ª- PAGAMENTO DE TRANSPORTE NO DESLIGAMENTO

O Trabalhador contratado em outra cidade, que tenha tido sua passagem de vinda comprovadamente paga pelo Empregador, terá garantido sua passagem de retorno à cidade da contratação, quando da rescisão de seu contrato de trabalho, sempre que esta ocorrer por iniciativa do Empregador e sem justa causa.

CLÁUSULA 12ª - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A título de estímulo à qualificação profissional dos Trabalhadores e elevação da qualidade e produtividade do setor, as Empresas concederão um adicional de 5% (cinco por cento) do piso salarial estabelecido para a categoria profissional (vide Cláusula 3ª desta Convenção) a todos os Trabalhadores que concluírem com aproveitamento os cursos de formações e/ou qualificações profissionais.

Parágrafo Único

O adicional será concedido a partir do término de um estágio prático de 3 (três) meses no canteiro, para que venha a obter o certificado de conclusão do curso, no decorrer da vigência do contrato de trabalho.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CLÁUSULA 13ª - SALÁRIO DO TRABALHADOR SUBSTITUTO

Nas substituições que não sejam eventuais, será garantido ao substituto, no mínimo, o menor salário da função, de acordo com a estrutura formal de cargos e salários da Empresa.

Parágrafo Primeiro

As disposições do “caput” desta Cláusula não se aplicam aos casos de substituição decorrente de participação do substituído em treinamentos, cursos, bem como nas hipóteses de férias e, ainda, de afastamento médico temporário do substituído, não superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Após 60 (sessenta) dias de trabalho efetivo como substituto este deverá ser promovido para a mesma função exercida pelo substituído, sendo garantido, no mínimo, o menor salário da faixa salarial da função de acordo com a estrutura formal de cargos, salários e carreira da Empresa.

CLÁUSULA 14ª – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Fica definido entre as partes que no tocante a PLR – Participação nos Lucros ou Resultados, prevista na Lei 10.101 de 20/12/2000:

Parágrafo Primeiro

Ficam convalidados todos os Programas de Participação nos Lucros ou Resultados instituídos espontaneamente pelas empresas ou diretamente acordados com seus empregados, ainda que sem a interveniência do Sindicato dos Trabalhadores, que passarão a vigorar por um período de 2 (dois) anos, contados da assinatura desta convenção prorrogável por períodos sucessivos de um ano, caso não haja modificações;

Parágrafo Segundo

A convalidação dos programas de Participação nos Lucros e Resultados já instituídos espontaneamente pelas empresas sem a interveniência do Sindicato dos Trabalhadores, se consolidará com a remessa de cópia do Instrumento à Entidade Profissional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura da presente convenção.

Parágrafo Terceiro

Para o caso de consórcios de empresas, aplica-se o disposto nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, quando uma das empresas consorciadas já tiver o seu Programa de PLR convalidado na forma desta cláusula.

CLÁUSULA 15ª - ADIANTAMENTO SALARIAL (VALE)

As Empresas que pagam salário mensalmente poderão, a seu critério, conceder adiantamento salarial até o dia 20 (vinte) de cada mês, em forma de vale, no valor correspondente até 40% (quarenta por cento) do salário nominal.



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007

DO HORÁRIO DE TRABALHO

CLÁUSULA 16ª - COMPENSAÇÃO DAS HORAS DE TRABALHO NO SÁBADO

A jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas poderá ser cumprida de Segunda-feira a Sexta-feira, mediante a compensação das horas normais de trabalho do Sábado, obedecendo-se às seguintes condições:

- 01 (um) dia de 08 (oito) horas de trabalho; e,
- 04 (quatro) dias de 09 (nove) horas de trabalho.

Parágrafo Primeiro

Ficará a critério de cada Empresa a fixação dos dias da semana de 09 (nove) horas e 08 (oito) horas mencionados na presente cláusula, recomendando-se, no entanto, a seguinte jornada:

- de Segunda-feira a Quinta-feira, 09 (nove) horas;
- Sexta-feira, 08 (oito) horas.

Parágrafo Segundo

O ajustado nos termos desta cláusula compreende a compensação por intermédio de horas normais, ficando vedada tais compensações por intermédio de horas extras trabalhadas.

Parágrafo Terceiro

Nos termos da Portaria nº 1.120/95 do Ministério do Trabalho, fica estabelecido que o controle de horário poderá ser realizado manualmente pelos próprios Empregados nas frentes de serviço, em cartão de ponto entregue pelo seu superior hierárquico, sendo dispensada a anotação para intervalo de repouso e alimentação.

CLÁUSULA 17ª - TURNOS DE TRABALHO

As partes acordam que a jornada de trabalho em regime de turno, para os Trabalhadores na área de produção será a seguinte:

- a) 2 (dois) turnos de trabalho, diurno e noturno, de Segunda a Sábado, em escala de revezamento semanal, quinzenal ou mensal, devendo as horas normais ser trabalhadas e pagas em função da jornada de 220 horas mensais, não se aplicando, no caso, a jornada de 6 (seis) horas diárias previstas no inciso XIV do Art. 7º da Constituição Federal;
- b) A jornada diária de trabalho será de 7:20 (sete horas e vinte minutos) horas, acrescida de duas horas extras diárias, de Segunda a Sábado, em regime de revezamento semanal, quinzenal ou mensal, devendo as horas normais ser trabalhadas e pagas em função da jornada de 220 horas mensais, não se aplicando, no



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

caso, a jornada de 6 horas diárias prevista no inciso XIV do Art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Único

Para os demais trabalhadores, as jornadas de trabalho serão realizadas dentro do período normal de trabalho, podendo ser utilizada a compensação prevista na cláusula 15ª e seus parágrafos.

CLAUSULA 18ª - BANCO DE HORAS

Fica convencionada neste instrumento a adoção pelas Empresas e Empregados, ora representados pelo SITRAICP, do sistema de “BANCO DE HORAS”, nos moldes do que dispõe o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 9.601, de 21.01.98, pelo que as empresas poderão implantar o sistema de “Banco de Horas”, desde que haja acordo coletivo firmado com o SITRAICP.

CLAUSULA 19ª – REGISTRO DE PONTO

As empresas na forma do que dispõem a Portaria nº 1.120, de 08/11/95, poderão adotar sistemas alternativos de registro de ponto para o apontamento das horas trabalhadas, nos escritórios e nos canteiros de obras, desde que apresentem aos trabalhadores os respectivos documentos para que aponham a sua assinatura e, desta forma, atestem o número de horas apontadas, antes de efetuado o respectivo pagamento.

Fica a empresa autorizada a adotar o sistema de controle de ponto eletrônico para todos os empregados nos termos da Portaria MTB 1.120 de 08.11.95.

DA CONTRATAÇÃO

CLAUSULA 20ª – CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

A vigência do Contrato de Experiência não ultrapassará o prazo de 60 (sessenta) dias. Nos casos de readmissão de Empregado, com prazo inferior a 6 (seis) meses para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado Contrato de Experiência.

CLAUSULA 21ª – NOVAS ADMISSÕES

No caso de novas contratações, as Empresas darão preferência aos empregados que foram demitidos sem justa causa, nos últimos doze meses.

CLAUSULA 22ª - ANOTAÇÃO NA CTPS

As Empresas deverão fazer as devidas anotações nas Carteiras Profissionais dos trabalhadores no que diz respeito aos cargos exercidos, promoções, férias e demais anotações exigidas por Lei, não podendo reter a Carteira Profissional por mais de 48 (quarenta e oito) horas e nem anotar nas mesmas os atestados médicos apresentados pelo Trabalhador.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

Parágrafo Único

Os contratos de experiência deverão ser anotados na CTPS do Trabalhador, bem como as suas prorrogações para todos os efeitos.

CLÁUSULA 23ª - NÍVEL DE EMPREGO

As Empresas procurarão adotar uma política de manutenção de pessoal, de forma que só efetuem rescisões individuais de contrato de trabalho quando esgotadas todas as possibilidades internas de aproveitamento de pessoal.

CLÁUSULA 24ª - MÃO DE OBRA

A Empresa em suas atividades produtivas utilizar-se-á de mão-de-obra própria, de empreiteiros e sub-empreiteiros, desde que regularmente constituídos ou inscritos nos órgãos competentes respondendo solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, inclusive no que tange ao cumprimento da presente convenção.

Parágrafo Único

Aplica-se aos empregados das empresas empreiteiras, sub-empreiteiras, autônomos e inclusive de empresas de serviços temporários (capítulo IV, artigos 17º e 20º do decreto nº 73.841/74, e a Lei nº 6.019/74), as Normas Coletivas pactuadas nesta Convenção Coletiva, inclusive no que concerne às obrigações de desconto e recolhimento das contribuições sindical, assistencial e mensalidade associativa.

CLÁUSULA 25ª - SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As Empresas se comprometem, quando solicitadas formalmente, e por escrito, pelo Sindicato Laboral a fornecer o nome, endereço e CNPJ das subcontratadas, no prazo de 3 dias úteis após a solicitação.

Parágrafo Primeiro

Caso a Empresa principal não forneça a informação solicitada no prazo previsto, o Sindicato Laboral oficiará os Sindicatos Patronais, sem prejuízo dos processos administrativos a serem propostos.

Parágrafo Segundo

O Sindicato Patronal mediará qualquer problema que seja detectado pelo Sindicato Laboral nas subcontratadas.

Parágrafo Terceiro

As Empresas exigirão de suas subcontratadas o cumprimento das obrigações trabalhistas para com os seus respectivos Trabalhadores, inclusive desta Convenção Coletiva de Trabalho.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CLÁUSULA 26ª - FERRAMENTAS DE TRABALHO

As Empresas fornecerão aos Trabalhadores as ferramentas necessárias ao desempenho dos trabalhos, mediante recibo e/ou termo de responsabilidade, ficando o Trabalhador responsável pelo bom uso e conservação das mesmas.

Parágrafo Único

Em casos de danos, ou a não devolução das ferramentas de trabalho, a Empresa fará o desconto dos seus respectivos valores, salvo no caso de desgaste natural das mesmas.

CLÁUSULA 27ª – PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

As empresas comprometem-se a não fazer restrições para admissão de pessoas portadoras de deficiência, sempre que as circunstâncias técnicas materiais e administrativas assim o permitam.

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA 28ª - ESTABILIDADE EM VIAS DE APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade provisória no emprego ao Trabalhador que, comprovadamente, estiver faltando 12 (doze) meses para aposentar-se por tempo de serviço, desde que tenha 2 (dois) anos de trabalho contínuo na mesma Empresa, exceto nos casos de rescisão fundada em justa causa ou encerramento de atividade do empregado ou acordo desde que assistido pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo Único

Para fazer jus ao benefício aqui previsto, o Trabalhador terá que comunicar à Empresa, formalmente e por escrito, 12 (doze) meses antes da aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço.

CLÁUSULA 29ª - ESTABILIDADE PARA ALISTAMENTO MILITAR

Os Trabalhadores em idade de convocação para o serviço militar terão estabilidade provisória no emprego, desde o alistamento até 60 (sessenta) dias após a baixa militar e o retorno ao serviço.

CLÁUSULA 30ª - ESTABILIDADE PARA EMPREGADA GESTANTE

Fica assegurada às empregadas gestantes a estabilidade provisória no emprego, a partir do início da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos em que dispõe o art.10, inciso II, alínea “b” do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CLÁUSULA 31ª - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

Ao Trabalhador acidentado é garantida a estabilidade provisória de 12 (doze) meses, contados a partir da data de cessação do recebimento do auxílio acidente previdenciário salvo desmobilização geral da obra, por término ou interrupção total dos trabalhos.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CLÁUSULA 32ª - LICENÇA REMUNERADA PARA RECEBER PIS

Fica assegurado aos Trabalhadores das Empresas que não tenham convênio com a Caixa Econômica Federal, uma vez por ano, licença remunerada de 1 (hum) dia, para recebimento do PIS, sem perda do repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA 33ª - PLANO DE SEGURO EM GRUPO

As empresas oferecerão um plano de seguro de vida em grupo, totalmente ou parcialmente subsidiado, aos seus Trabalhadores, cobrindo acidentes pessoais, invalidez permanente e morte natural ou acidental.

Parágrafo Primeiro

Na hipótese de o trabalhador optar pelo seguro, o subsídio da empresa no prêmio não poderá ser inferior a 3% (três por cento), ficando as empresas autorizadas ao desconto em folha de pagamento da parcela do prêmio correspondente à participação do trabalhador. Caso as empresas desejem, poderão se servir dos serviços da seguradora conveniada com o Sindicato Profissional.

Parágrafo Segundo

Quando o plano de seguro for inteiramente gratuito, para o trabalhador, torna-se automática a sua adesão ao mesmo, independente de formalização em qualquer documento específico para tal fim.

Parágrafo Terceiro

O Plano de Seguro de Vida em Grupo deverá prevê uma cobertura mínima equivalente a 10 (dez) vezes o valor do piso normativo estabelecido nesta Convenção para o Servente.

CLÁUSULA 34ª - ABONO DE FALTA PARA ESTUDANTES

As Empresas concederão abono remunerado de faltas nos dias de prova aos Trabalhadores estudantes, que comprovarem freqüência em escolas oficiais ou reconhecidas, desde que comunicadas ao Empregador, por escrito, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA 35ª - ESTÍMULO À EDUCAÇÃO

A título de estímulo à educação do Trabalhador, as Empresas procurarão implementar cursos de alfabetização nos canteiros de obras, em convênio de entidades educacionais promotoras de alfabetização para adultos, com fornecimento gratuito de material escolar.

CLÁUSULA 36ª - FÉRIAS

O início das férias deverá sempre ocorrer no 1º (primeiro) dia útil da semana, devendo o Empregado ser avisado com 30 (trinta) dias de antecedência.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

Parágrafo Primeiro

Para o Empregado que trabalha sob escala de revezamento, o início das férias se dará sempre após a folga da semana (DSR - Descanso Semanal Remunerado), exceto nos caso de Férias Coletivas.

Parágrafo Segundo

Quando a Empresa cancelar as férias por ela já comunicada, deverá reembolsar o Trabalhador das despesas não restituíveis, ocorridas no período dos 30 (trinta) dias de aviso, que, comprovadamente, o Trabalhador tenha feito para viagem ou gozo das férias.

Parágrafo Terceiro

Quando, durante o período de gozo das férias existirem dias já compensados, o gozo das férias deverá ser prolongado com o acréscimo respectivo.

Parágrafo Quarto

As férias coletivas deverão ser comunicadas a SITRAICP, nos termos da CLT.

DA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

CLÁUSULA 37ª - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

As Empresas aplicarão as normas contidas na NR-18, de acordo com as características de local de trabalho e adotarão as medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e, supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho, incluindo higiene de instalações sanitárias e segurança dos trabalhadores, inclusive dos subcontratados. Por ocasião da admissão, será ministrado ao trabalhador treinamento adequado sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivo, necessários ao exercício de cada uma das atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria Empresa.

Parágrafo Primeiro

As Empresas fornecerão, gratuitamente, a todos os seus trabalhadores, os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.), comprometendo-se, os mesmos a usá-los e conservá-los, observadas por ambas as partes as disposições legais vigentes.

Parágrafo Segundo

É obrigação do Trabalhador obedecer às normas de medicina, higiene e segurança do trabalho, sendo que a recusa na utilização dos EPI's fornecidos levará à punição compatível na forma da Lei.

Parágrafo Terceiro

As Empresas fornecerão uniforme na forma da NR-18 para todos os Trabalhadores da área de produção. Para os demais Trabalhadores este fornecimento ficará sujeito à opção



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

dos mesmos. Os Trabalhadores ficarão obrigados a zelar pelos uniformes de forma adequada e arcarão com os custos decorrentes do seu uso indevido.

Parágrafo Quarto

Quando as condições de trabalho forem comprovadamente consideradas inseguras, segundo as normas de segurança do trabalho, o Trabalhador deverá informar ao setor de segurança do trabalho, que tomará as devidas providências, a fim de reduzir as causas de possíveis acidentes, antes do início dos trabalhos.

CLÁUSULA 38ª - REFEITÓRIO/ALIMENTAÇÃO

As Empresas deverão estar dotadas de refeitórios nos padrões exigidos pela legislação em vigor, com fornecimento de alimentação do Trabalhador, conforme preceituam as normas instituídas pelo Governo Federal referente ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), devendo cobrar tão somente 1% (um) por cento do valor correspondente a uma refeição. (“Quentinha”).

a) – As Empresas fornecerão, gratuitamente, café da manhã aos Trabalhadores nos canteiros de obras para aqueles que se apresentarem até 15 (quinze) minutos antes da hora do início do expediente, composto de 2 (dois) pães com manteiga e ovos ou 2 (dois) pães com manteiga e queijo ou 2 (dois) pães com manteiga e presunto e 1(um) copo de 300ml de café com leite.

b) - As Empresas fornecerão aos seus trabalhadores alojados, café da manhã, almoço e jantar nos dias de sábados, domingos e feriados, desde que os Trabalhadores cumpram os horários preestabelecidos pelas Empresas para as refeições, podendo descontar até 1% (um por cento) de cada refeição. (“Quentinha”).

c) - As Empresas se obrigam a fornecer água filtrada e própria para o consumo humano aos seus Trabalhadores.

CLÁUSULA 39ª - CIPA

As Empresas organizarão e manterão em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, na forma estabelecida pelas NRs 05 E 18 (Portaria 3.214/78).

Parágrafo Primeiro

A eleição para novo mandato da CIPA deverá ser convocada pela Empresa, mediante edital interno afixado no quadro de avisos, com um prazo mínimo e 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato, comunicando ao SITRAICP 10 (dez) dias antes da eleição.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

Parágrafo Segundo

As Empresas deverão encaminhar à Entidade Sindical Laboral conveniente, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a realização das eleições, comunicado, por escrito, indicando os eleitos, tanto os titulares como os suplentes.

Parágrafo Terceiro

No intuito de promover redução do índice de acidente de trabalho, Empresas e Entidade Profissional, mediante comum acordo, poderão estabelecer programações para palestras técnicas sobre medicina, higiene e segurança do trabalho.

CLÁUSULA 40ª - PRIMEIROS SOCORROS MÉDICOS

As Empresas manterão as suas obras equipadas com material necessário à prestação de primeiros socorros médicos, para atender o Trabalhador eventualmente acidentado, bem como, responsabilizar-se-ão pelas despesas de transporte do Trabalhador acidentado, caso necessário.

Parágrafo Primeiro

Em caso de acidente de trabalho em que o acidentado necessite de atendimento médico hospitalar não disponível no local de trabalho, a Empresa deverá providenciar a sua imediata remoção para local de atendimento, arcando com as despesas de transportes. Nestes casos, a Empresa deverá avisar aos familiares constantes da ficha de Registro de Empregado sobre o acidente ocorrido e o local para onde o mesmo foi deslocado.

Parágrafo Segundo

A responsabilidade da Empresa, tratada no parágrafo acima, não se aplica aos casos de acidentes considerados “de trajeto”, exceto quando o mesmo ocorrer em veículos que estejam a serviço da Empresa, resguardadas as responsabilidades previstas em Lei.

CLÁUSULA 41ª - EXAMES MÉDICOS

Nas atividades e operações previstas na NR-15, os exames médicos serão realizados semestralmente, acompanhados de exames complementares específicos, sempre que o Trabalhador estiver exposto a qualquer agente agressivo ou insalubre, em níveis acima dos limites de tolerância comprovados por laudo, na forma estabelecida na norma legal.

Parágrafo Primeiro

O médico da Empresa, ou do convênio mantido pela Empresa, deverá fazer a notificação prevista no Artigo 169 da CLT, em relação à doença profissional, ou de sua suspeita, às entidades oficiais de saúde e ao setor médico da Entidade Profissional.

Parágrafo Segundo

Em caso de denúncia da Entidade Profissional quanto aos serviços prestados pelo convênio médico, a Empresa deverá analisar as reclamações e cientificar a Entidade Profissional da resolução tomada.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

Parágrafo Terceiro

É obrigatório o exame médico do Trabalhador, por ocasião do término do contrato de trabalho, nas atividades e operações constantes da NR-15. O exame será realizado durante o período do aviso prévio, desde que o último exame tenha sido realizado há mais de 30 (trinta) dias, respeitando o prazo técnico de renovação dos exames. Na hipótese de não comparecimento do Trabalhador ao exame médico formalmente comunicado, fica a Empresa dispensada de cumprir esta exigência.

CLÁUSULA 42ª- ATESTADOS MÉDICO/ODONTOLÓGICOS

Para efeito do art. 32 da Consolidação das Leis da Previdência Social, as empresas aceitarão atestados subscritos por médicos ou dentistas do Sindicato Laboral. Quando a empresa possuir ambulatório médico na obra, os referidos atestados deverão ser submetidos ao médico da empresa, para análise e liberação.

CLÁUSULA 43ª- DESCONTO/DEPENDENTES

As empresas efetuarão desconto em folha de pagamento, mensalmente, a favor do SITRAICP, o valor de R\$ 7,00 (sete reais), por cada dependente dos trabalhadores, mediante autorização por escrito do empregado. Este desconto refere-se à prestação de serviços conveniado ao SITRAICP de assistência médica-odontológica aos dependentes dos trabalhadores.

O valor descontado deverá ser depositado a favor do SITRAICP na conta bancária do BANCO DO BRASIL, ag. 1211-4 – c/c 23101-0.

CLÁUSULA 44ª – ATESTADO MÉDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE DEPENDENTES

A Empresa aceitará até o limite de 5 (cinco) dias por ano trabalhado, atestados médicos para abono de ausência, no caso de acompanhamento de dependentes.

No atestado deverá constar o horário do atendimento, o nome do dependente e o nome do Trabalhador.

CLÁUSULA 45ª- COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO

As Empresas remeterão, obrigatoriamente, à Previdência Social, ao Sindicato Profissional e ao acidentado, uma cópia da Guia de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), conforme determina a Lei 8.213/91, inclusive aos dependentes do acidentado, no caso de óbito deste.

Parágrafo Primeiro

Em caso de acidente de trabalho que requeira hospitalização, as Empresas comunicarão o fato à família do trabalhador, no endereço constante da Ficha de Registro.

Parágrafo Segundo

As Empresas deverão comunicar o acidente de trabalho à Previdência Social, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato à autoridade



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

policial competente, assim como ao órgão regional do Ministério do Trabalho e o Sindicato Laboral.

CLÁUSULA 46ª - ACIDENTE DE TRABALHO

As Empresas se comprometem a, em caso de acidente de trabalho, tomarem as seguintes providências em benefício do acidentado:

- a) remoção do Trabalhador acidentado, providenciando veículo em condições adequadas para transportá-lo até o local de atendimento mais próximo;
- b) se o Trabalhador vier a sofrer prejuízo pelo não recebimento do benefício previdenciário em razão de a Empresa não lhe ter fornecido, dentro do prazo legal, por negligência devidamente comprovada, a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, deverá esta lhe ressarcir do prejuízo sofrido, salvo se o órgão previdenciário proceder, em tempo hábil, ao devido pagamento do benefício;
- c) nos casos de necessidade de socorro urgente, as Empresas recolherão os instrumentos de trabalho do acidentado, providenciando a sua guarda e por eles se responsabilizando até a sua devolução ao mesmo.

CLÁUSULA 47ª - DESPESAS DE FUNERAL

Na hipótese de morte do Trabalhador em virtude de acidente de trabalho ou qualquer que seja a “causa mortis”, desde que ocorrida nas dependências da Empresa, a mesma arcará com as despesas decorrentes do enterro, em funerária por ela indicada.

Parágrafo Único

Em caso de omissão da empresa referente às providências para o sepultamento, a mesma será obrigada a efetuar o reembolso das despesas comprovadamente realizadas pelos familiares ou quem efetivamente suportou os encargos.

CLÁUSULA 48ª - RECREAÇÃO PARA OS TRABALHADORES

As Empresas apoiarão o Sindicato Profissional na divulgação das programações destinadas aos Trabalhadores, facilitando o acesso dos seus Trabalhadores incluídos em cada programação.

Parágrafo Único

As Empresas procurarão incentivar a prática de atividades sociais de seus Trabalhadores nos dias de folga, em especial dos alojados, com a utilização das dependências dos Centros Sociais e Esportivos do SESI e outros, facilitando o transporte.

CLÁUSULA 49ª – FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ROUPAS DE TRABALHO

As Empresas fornecerão a seus empregados, gratuitamente, 2 (dois) uniformes, macacões e outras peças de vestimentas, bem como equipamento de proteção individual e de segurança, inclusive calçados especiais e óculos de segurança graduados, de acordo



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

com receita médica, quando por ela exigidos na prestação do serviço ou quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo Único

Os trabalhadores ficam obrigados a zelar pelos uniformes de forma adequada e arcarão com os custos decorrentes do seu uso indevido.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA 50ª - RESCISÕES/HOMOLOGAÇÕES/AVISO PRÉVIO

As homologações deverão ser feitas na Entidade Sindical Profissional, excetuando-se os casos de motivos relevantes, observando-se:

- a) A Entidade representativa da Categoria Profissional, de acordo com o artigo 477, § 2º da CLT, tem como atribuição à competência para prestação de assistência aos Trabalhadores por ocasião das rescisões dos contratos de trabalho, podendo, a seu critério, utilizar-se de ressalvas na hipótese de dúvidas quanto à interpretação de dispositivos legais e normas coletivas;
- b) O aviso prévio deverá ser comunicado por escrito, constando do mesmo, de forma clara, a data, local e hora para liquidação das verbas rescisórias, com o “ciente” do Trabalhador. Caso o Trabalhador não compareça, o Sindicato Profissional deverá fornecer certidão à Empresa atestando a ausência do Trabalhador, do mesmo modo, será fornecido ao trabalhador, na ausência da empresa, Certidão de não comparecimento da mesma.
- c) Os pagamentos das verbas rescisórias, quando efetuados em cheque, deverão ser feitos até as 14:00 horas, através de cheque nominal, descontável na praça de pagamento e acompanhado de fotocópia do mesmo;
- d) O sindicato laboral se compromete a implantar um sistema de hora marcada para homologação de rescisões de contrato de trabalho;
- e) As empresas que optarem por homologar rescisões de contrato de trabalho com período inferior a 12 (doze) meses, terão a mesma garantia estabelecida nesta cláusula.

CLÁUSULA 51ª - CÁLCULOS INDENIZATÓRIOS

Os cálculos indenizatórios serão efetuados com a integração da média das horas extras e o que mais integre a remuneração para este fim, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA 52ª - GARANTIA DE PERMANÊNCIA NO ALOJAMENTO

O Trabalhador alojado na obra, ao ser dispensado sem justa causa, terá direito a permanecer no alojamento, ou em local contratado pela empresa até o dia imediato posterior ao do recebimento das verbas rescisórias, com fornecimento de 3 (três) refeições diárias, podendo a empresa efetuar desconto de, no máximo, 1% (um por cento) do valor de cada refeição. (“Quentinha”).



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

Parágrafo Único

O não cumprimento desta Cláusula acarretará multa de 20% (vinte por cento) do piso mínimo da categoria em favor de Trabalhador, ficando a mesma obrigada ao fornecimento de 03 (três) refeições diárias, enquanto o trabalhador estiver alojado, podendo efetuar desconto a esse título de 1% (um por cento) do valor de uma “quentinha”.

CLÁUSULA 53ª – CARTA DE REFERÊNCIA

Ocorrendo dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, no ato do pagamento das verbas rescisórias e desde que solicitado pelo empregado, as empresas fornecerão carta de referência.

DISPOSIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA 54ª- CUMPRIMENTO DESTA CONVENÇÃO NORMATIVA

As Partes estabelecidas, ou que venham a se estabelecer na vigência desta Convenção Coletiva, assim como a Entidade Profissional, ficam obrigadas a cumprir as Cláusulas nela contida.

Parágrafo Único

Constatada a inobservância, por qualquer das Partes convenientes, de cláusula da presente convenção, será aplicada à inadimplente, multa equivalente a 20% (vinte por cento) do piso mínimo da categoria, elevada para 40% (quarenta por cento) em caso de reincidência específica, importância esta que será revertida em benefício da Parte prejudicada, ficando excetuadas dessa penalidade aquelas Cláusulas para as quais já estiver prevista sanção específica.

CLÁUSULA 55ª- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES

Em cumprimento à decisão, por unanimidade, em Assembléia Geral do Sindicato Laboral que deliberou pela fixação de Contribuição Assistencial, visando à manutenção e ampliação dos serviços assistenciais mantidos pelo Sindicato Profissional e ampliação da entidade, bem como atender as despesas com a presente e futuras campanhas salariais em benefício dos trabalhadores, serão descontados em folha de pagamento, 2% (dois por cento) mensalmente, de todos os trabalhadores que deverão ser repassados ao Sindicato Laboral, na conta bancária 132656-4 – ag. 7165 – UNIBANCO, através de boleto bancário fornecido pelo SITRAICP.

- a) O percentual acima estabelecido será aplicado sobre o salário de cada trabalhador, respeitado o teto de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), como base de incidência.
- b) Caso não ocorra o recolhimento até o 5º dia útil do mês posterior, incidirá sobre o valor devido, multa de 10% (dez por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização pelo mesmo índice utilizado pelo Governo Federal para atualização de tributos federais, mais despesas de cobrança.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

- c) – As empresas que não procederem ao desconto previsto nesta cláusula, e que acumularem atraso superior a 2 (dois) meses, pagarão ao Sindicato valor correspondente ao número de funcionários do débito em atraso, sem ônus para o empregado.
- d) – Visando dar cumprimento na regularidade da manutenção e custeio do Sindicato Obreiro, independentemente do registro da presente Convenção, as Empresas se obrigam a proceder aos descontos previstos nesta cláusula e na 57ª, promovendo o desconto do mês de fevereiro de 2005 dentro do prazo previsto, ou seja, até o 5º dia útil do mês de março, e assim sucessivamente quanto aos demais meses.

Parágrafo Primeiro

O direito à oposição do trabalhador deverá ser manifestada em carta de próprio punho, e entregue pelo mesmo ao Sindicato Laboral até o 10º (décimo) dia após o registro na D.R.T. desta Convenção. Aos admitidos após a data base terão os mesmos direitos e obrigações da presente Cláusula, a partir da data de admissão. Os Trabalhadores Associados estarão isentos desta contribuição.

Parágrafo Segundo

Caso haja qualquer ação promovida pelo Ministério Público a respeito do tema aludido nesta Cláusula, a responsabilidade do pagamento das custas judiciais, se houver, será de responsabilidade do SITRAICP.

CLÁUSULA 56ª - MENSALIDADE ASSOCIATIVA

O desconto das mensalidades dos associados do sindicato profissional será feito pelas empresas diretamente em folha de pagamento, desde que o trabalhador a autorize por escrito a efetuar esse desconto. O montante desse desconto deverá ser recolhido na tesouraria da entidade até o quinto dia útil do mês subsequente, no valor de 2% (dois por cento) mensalmente, sob pena de, no caso de inadimplência, incorrerem juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária até a data do efetivo recolhimento e mais despesas de cobrança. O desconto somente poderá cessar após devidamente comprovada a exclusão do quadro social, mediante notificação por escrita da entidade ou após a comprovação pela empresa do desligamento, transferência ou aposentadoria do trabalhador.

Parágrafo Único

As empresas que não procederem ao desconto previsto nesta cláusula, e que acumularem atraso superior a 2 (dois) meses, pagarão ao Sindicato valor correspondente ao número de funcionários do débito em atraso, sem ônus para o empregado.

CLÁUSULA 57ª - RELAÇÃO DE TRABALHADORES CONTRIBUINTES

As Empresas fornecerão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data dos recolhimentos das contribuições e demais Taxas devidas ao Sindicato representativo da



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2006-2007

Categoria Profissional, mediante recibo, uma relação contendo os nomes, CTPS, função, salários e os valores das referidas contribuições dos seus Trabalhadores.

Parágrafo Primeiro

A Entidade Sindical Profissional compromete-se a não utilizar as informações constantes da relação acima mencionada, para outro fim que não seja o de comprovação e conferência de recolhimento das contribuições.

Parágrafo Segundo

O não cumprimento no caput da presente cláusula, por qualquer empresa, a mesma será imediatamente notificada para o seu fiel cumprimento, sob pena de lhe ser aplicada e cobrada a multa equivalente a 30% do menor piso salarial da categoria, elevada para 40%, em caso de reincidência.

CLÁUSULA 58ª - TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme deliberação da assembléia, as empresas que por sua atividade econômica estão filiadas ao SINICON – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, e executam serviços na base territorial representada por ambas as entidades ora convenientes recolherão uma contribuição assistencial patronal complementar, em duas parcelas, sendo a primeira no dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da assinatura da presente convenção, e a Segunda parcela 30 dias após o pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), cada uma, necessário à manutenção das atividades sindicais.

Parágrafo Primeiro

Estão isentas da contribuição complementar, as empresas que efetuam o recolhimento da mensalidade associativa ao SINICON.

Parágrafo Segundo

A contribuição complementar será efetuada através de guia própria fornecida pelo SINICON, até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao do vencimento. O atraso no recolhimento implicará em multa de mora de 20% (vinte por cento) do valor devido, além de juros moratórios de 1% (um por cento), acumulados mensalmente.

Parágrafo Terceiro

Subordina-se o recolhimento da contribuição complementar à não oposição da empresa manifestada perante o SINICON até o décimo dia que antecede o primeiro recolhimento.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CLÁUSULA 59ª - CADASTRAMENTO SINDICAL

As Empresas com sede em outros estados que sejam contratadas ou subcontratadas para executar obras de construção pesada na base territorial abrangida pela presente CCT, estarão obrigadas a se cadastrarem junto aos Sindicatos Patronais e laboral.

CLÁUSULA 60ª – ATUAÇÃO SINDICAL

As empresas permitirão que o SITRAICP promova campanhas de sindicalização nos intervalos destinados à alimentação e descanso vedado a propaganda política partidária.

Parágrafo Primeiro

Nas inspeções oficiais promovidas pelos órgãos do Ministério do Trabalho, Previdência Social e de interesse dos Trabalhadores, será permitida a participação de um representante do SITRAICP.

Parágrafo Segundo

As empresas com até 100 (cem) trabalhadores terão, no seu quadro de empregados, 1 (um) representante sindical, eleito em Assembléia promovida pelo SITRAICP, sem garantia de emprego.

CLÁUSULA 61ª - QUADRO DE AVISOS

A Empresa instalará Quadro de Avisos em locais acessíveis aos Trabalhadores, para veiculação de assuntos de interesses da categoria, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CLÁUSULA 62ª - LIBERAÇÃO DE TRABALHADORES PARA EVENTOS

Desde que solicitados por ofício da Entidade Sindical Laboral, as Empresas poderão liberar os seus Trabalhadores para participar de cursos, seminários, congressos ou eventos sindicais, ficando tal liberação restrita a 06 (seis) Trabalhadores, sendo 1 (um) empregado por cada empresa, uma vez por ano e, no máximo, pelo período de 06 (seis) dias consecutivos, garantida a remuneração integral desses dias.

CLÁUSULA 63ª - ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL AOS LOCAIS DE TRABALHO

As Empresas permitirão ao dirigente da Entidade Sindical Laboral, devidamente credenciado, acesso aos locais de trabalho, com a finalidade de verificação das



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

condições de higiene e segurança do trabalho, desde que a visita seja previamente solicitada e que esta seja acompanhada por representante da Empresa. Quando estas visitas acontecerem em obras que envolvam questões de segurança, as mesmas só serão autorizadas após a devida anuência do Cliente ou do Contratante Principal.

CLÁUSULA 64ª - INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO

Os Trabalhadores sindicalizados não sofrerão restrições à sua contratação ou permanência nas Empresas.

CLÁUSULA 65ª - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAS DURANTE GREVE

Em caso de greve, as Comissões de Negociação de Trabalhadores e a Empresa definirão, previamente, as atividades e serviços essenciais a serem mantidos em funcionamento.

Parágrafo Único

A greve é um recurso extremo e só deve ser deflagrada após esgotadas as tentativas de solução negociada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 66ª - ESTÁGIO

A Empresa deverá facilitar o estágio de seus Empregados estudantes, em cursos técnicos e/ou superiores, na área de sua especialização.

CLÁUSULA 67ª - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Durante o prazo da data de assinatura do presente instrumento normativo, as Partes se reunirão para o estudo visando à implantação de Comissões de Conciliação Prévia na base territorial abrangida por esta Convenção, nos termos em que define a Lei 9.958, de 12/01/2000.

CLAÚSULA 68ª - CÓPIA DA R.A.I.S.

As Empresas, quando solicitadas por escrito pela SITRAICP apresentarão para consulta, no prazo de 30 (trinta) dias, uma cópia completa com recibo de entrega da RAIS.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

CLÁUSULA 69ª - DIA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO PESADA

A comemoração do Dia do trabalhador na Indústria da Construção Pesada no Estado do Rio de Janeiro será na terceira segunda-feira do mês de Outubro, ou seja, dia 16/10/2006, dia em que não haverá expediente normal nas obras e escritórios das Empresas, aqui representadas pelo SINICON e pelo SINICON/RIO.

Parágrafo Único – Caso as Empresas necessitem que seus empregados trabalhem na terceira segunda-feira de Outubro, ou seja, dia 16/10/2006, deverá remunerá-lo como jornada extraordinária, com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, ou compensar o feriado em dia posterior.

CLÁUSULA 70ª - NÃO INCORPORAÇÃO DE BENEFÍCIO E CONCESSÕES

Fica desde já acordado que todo e qualquer benefício e/ou concessão estabelecidos nesta Convenção, que não estejam previstos na legislação em vigor, ou que excedam aos limites nela estabelecidos, não se incorporarão aos salários para qualquer fim.

CLÁUSULA 71ª - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

Por força de decisão da Assembléia Geral da Categoria, ficam as Empresas desde já autorizadas a efetivar descontos nos salários dos Trabalhadores, referentes a concessões previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, bem como qualquer benefício ou incentivo parcialmente subsidiado e livremente concedido pela Empresa.

CLÁUSULA 72ª - SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA

A Entidade Sindical Laboral se compromete, antes de ajuizar qualquer reclamação trabalhista, a consultar a Empresa sobre a possibilidade de uma solução conciliatória para a controvérsia.

CLÁUSULA 73ª - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, vigorando no período de 01 de fevereiro de 2006 a 31 de janeiro de 2007.

CLÁUSULA 74ª - DATA BASE

Estabelecem as Partes ora convenientes que a data base da categoria é 1º de fevereiro.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

E, por estarem as partes de pleno acordo, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, através de seus Presidentes.

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2006.

**SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA
SINICON**

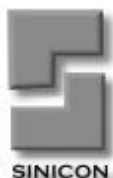
LUIZ FERNANDO SANTOS REIS
Presidente
CPF: 004.419.887-68

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO MUNICÍPIO DO
RIO DE JANEIRO**

SINICON/RIO
OSWALDO CORTEZ PEDRO
Presidente
CPF: 362.195.418-04

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA,
REPRESENTANTE DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA
CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGENS
EM GERAL, CONSTRUÇÕES DE PONTES, PORTOS, VIADUTOS, TÚNEIS, FERROVIAS,
BARRAGENS, AEROPORTOS, HIDRELÉTRICAS, CANAIS, METRÔS, OBRAS DE
SANEAMENTO, BEM COMO SUBEMPREENHEIRAS, AFINS E CORRELATOS DO
TERCEIRO GRUPO DO PLANO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS
TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS – INTERMUNICIPAL – SITRAICP,
REPRESENTANTE DA CATEGORIA PROFISSIONAL CONSTANTE DE SUA
DENOMINAÇÃO, COM ABRANGÊNCIA INTERMUNICIPAL E BASE TERRITORIAL
NOS MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS, APERIBE, AREAL, ARMAÇÃO DE BUZIOS, ARRAIAL
DO CABO, BOM JARDIM, CACHOEIRA DE MACACU, CANTAGALO, CARAPEBUS, CARDOSO
MOREIRA, CARMO, CASEMIRO DE ABREU, COMENDADOR LEVY GASPARIANE, CONCEIÇÃO DE
MACABU, CORDEIRO, DUAS BARRAS, IGUABA GRANDE, MACAÉ, MACUCO, MESQUITA, NOVA
FRIBURGO, PARATI, PINHEIRAL, QUISSAMÃ, RIO DAS OSTRAS, RIO DE JANEIRO, SÃO
FRANCISCO DE ITABAPOANA, SÃO JOSÉ DE UBÁ, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO,
SUMIDOURO, TANGUÁ, TERESÓPOLIS, TRAJANO DE MORAIS E VARRE-SAI - RJ.**

SITRAICP
NILSON DUARTE COSTA
Presidente
CPF: 048.917.247-49



SINICON



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007

INDICE

ASSUNTO **CLÁUSULA** **PAG.**

♦ OBJETO	1ª	01
♦ ABRANGÊNCIA	2ª	01

DA REMUNERAÇÃO

♦ PISOS SALARIAIS	3ª	02
♦ CORREÇÃO SALARIAL	4ª	02
♦ HORAS EXTRAS	5ª	03
♦ PAGAMENTO DE SALÁRIO	6ª	03
♦ COMPROVANTE DE PAGAMENTO	7ª	03
♦ DESCONTO NOS SALÁRIOS	8ª	03
♦ ADICIONAL DE PERICULOSIDADE OU INSALUBRIDADE	9ª	04
♦ TRANSPORTE DOS TRABALHADORES (V. TRANSP.)	10ª	04
♦ PAGAMENTO DE TRANSPORTE NO DESLIGAMENTO	11ª	04
♦ ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	12ª	04
♦ SALÁRIO DO TRABALHADOR SUBSTITUTO	13ª	05
♦ PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	14ª	05
♦ ADIANTAMENTO SALARIAL (VALE)	15ª	05

DO HORÁRIO DE TRABALHO

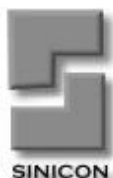
♦ COMPENSAÇÃO DAS HORAS DE TRABALHO NO SÁBADO	16ª	06
♦ TURNOS DE TRABALHO	17ª	06
♦ BANCO DE HORAS	18ª	07
♦ REGISTRO DE PONTO	19ª	07

DA CONTRATAÇÃO

♦ CONTRATO DE EXPERIÊNCIA	20ª	07
♦ NOVAS ADMISSÕES	21ª	07
♦ ANOTAÇÃO NA CTPS	22ª	07
♦ NÍVEL DE EMPREGO	23ª	08
♦ MÃO DE OBRA	24ª	08
♦ SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	25ª	08
♦ FERRAMENTAS DE TRABALHO	26ª	09
♦ PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	27ª	09

DAS GARANTIAS

♦ ESTABILIDADE EM VIAS DE APOSENTADORIA	28ª	09
♦ ESTABILIDADE PARA ALISTAMENTO MILITAR	29ª	09



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

◆ ESTABILIDADE PARA EMPREGADA GESTANTE	30 ^a	09
◆ ESTABILIDADE DO ACIDENTADO	31 ^a	09
◆ LICENÇA REMUNERADA PARA RECEBER PIS	32 ^a	10
◆ PLANO DE SEGURO EM GRUPO	33 ^a	10
◆ ABONO DE FALTA PARA ESTUDANTES	34 ^a	10
◆ ESTÍMULO À EDUCAÇÃO	35 ^a	10
◆ FÉRIAS	36 ^a	10

DA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

◆ MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	37 ^a	11
◆ REFEITÓRIO/ALIMENTAÇÃO	38 ^a	12
◆ CIPA	39 ^a	12
◆ PRIMEIROS SOCORROS MÉDICOS	40 ^a	13
◆ EXAMES MÉDICOS	41 ^a	13
◆ ATESTADOS MÉDICOS/ODONTOLOGICOS	42 ^a	14
◆ DESCONTO/DEPENDENTES	43 ^a	14
◆ ATESTADO MÉDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE DEPENDENTES	44 ^a	14
◆ COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO	45 ^a	14
◆ ACIDENTE DE TRABALHO	46 ^a	15
◆ DESPESAS DE FUNERAL	47 ^a	15
◆ RECREAÇÃO PARA OS TRABALHADORES	48 ^a	15
◆ FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ROUPAS DE TRABALHO	49 ^a	15

DA RESCISÃO

◆ RESCISÕES/HOMOLOGAÇÕES/AVISO PRÉVIO	50 ^a	16
◆ CÁLCULOS INDENIZATÓRIOS	51 ^a	16
◆ GARANTIA DE PERMANÊNCIA NO ALOJAMENTO	52 ^a	16
◆ CARTA DE REFERÊNCIA	53 ^a	17

DISPOSIÇÕES SINDICAIS

◆ CUMPRIMENTO DESTA CONVENÇÃO NORMATIVA	54 ^a	17
◆ CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES	55 ^a	17
◆ MENSALIDADE ASSOCIATIVA	56 ^a	18
◆ RELAÇÃO DE TRABALHADORES CONTRIBUINTES	57 ^a	18
◆ TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL	58 ^a	19
◆ CADASTRAMENTO SINDICAL	59 ^a	20
◆ ATUAÇÃO SINDICAL	60 ^a	20
◆ QUADRO DE AVISOS	61 ^a	20
◆ LIBERAÇÃO DE TRABALHADORES PARA EVENTOS	62 ^a	20
◆ ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL AOS LOCAIS DE TRABALHO	63 ^a	20



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2006-2007**

◆ <u>INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO</u>	64 ^a	21
◆ <u>MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DURANTE A GREVE</u>	65 ^a	21

DISPOSIÇÕES GERAIS

◆ <u>ESTÁGIO</u>	66 ^a	21
◆ <u>COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA</u>	67 ^a	21
◆ <u>CÓPIA DA R.A.I.S.</u>	68 ^a	21
◆ <u>DIA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO PESADA</u>	69 ^a	22
◆ <u>NÃO INCORPORAÇÃO DE BENEFÍCIOS E CONCESSÕES</u>	70 ^a	22
◆ <u>AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS</u>	71 ^a	22
◆ <u>SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA</u>	72 ^a	22
◆ <u>VIGÊNCIA</u>	73 ^a	22
◆ <u>DATA BASE</u>	74 ^a	22